

## NOTA EDITORIAL

A Politeia – Revista Portuguesa de Ciências Policiais (ISSN 1640-0367) oferece a sua ilustração editorial, que maior valor e dinamismo estampa, ao Centro de Investigação (ICPOL) do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI), uma unidade I&D devotada às lentes de inovação no plano das ciências policiais e do estudo da fenomenologia securitária e criminógena. Há, de facto a constante de alto companheirismo intelectual, com inteligência e consciência, num anseio de cumprir os valores e princípios firmados pela Escola Superior de Polícia, digna predecessora do ISCPSI. O Instituto, enquanto *Alma Mater Studiorum* das ciências policiais em Portugal, promove, desde as suas substruções, o legado da nobreza do saber – na tríplice perspectiva do *saber* (e.g., conhecer), *saber ser* e de *saber fazer* – com atitude, qualidade e elevação, para arrostar a acelerada efervescência dos novos tempos, fortemente multipolarizados, complexos e brumais. Benfeitorizando da experiência, nacional e internacional, acumulada ao longo de várias décadas de atividades académicas e de intercâmbio científico, o ISCPSI erigiu o conceito das ciências policiais (ou, se quisermos, de ciência policial) como um corpo organizado e sistematizado de conhecimentos científicos sobre a organização e a ação policial e os fins inerentes à segurança interna, cujo estudo científico contribui para a construção de princípios e padrões de atuação, suportados em lógicas epistémicas, tendo por referência os direitos, as liberdades e as garantias dos cidadãos e a defesa da legalidade democrática. Recentemente e pela letra do Artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 13/2022, de 12 de janeiro, consolidou-se e alinou-se aquela concetualização com o mais avançado pensamento europeu, escorando-se, assim, que as ciências policiais constituem um acervo organizado e sistematizado de conhecimentos científicos sobre a organização policial, enquanto instituição, e sobre a ação policial, enquanto processo, cujo estudo científico aplicado contribui para a edificação de padrões e atuação dos organismos policiais e dos seus profissionais, tendo por referência os direitos fundamentais dos cidadãos, a defesa da legalidade democrática e a garantia da segurança interna.

Sempre pronunciamos que o ICPOL é o corolário de um esforço coletivo de construção da cultura, que exalta a competência de cada membro do Centro, mercê das suas resoluções na investigação, tantas vezes com

inovação sobre o conhecimento científico. E assim se progride neste domínio específico da ciência. O avigoramento da identidade do ICPOL do ISCPSI conta com a energia presenteada pelos seus membros, numa estratégia de sujeição à experiência, enquanto fonte de observação e método de verificação, com os olhos dispostos no futuro. A Direção, o Conselho de Redação e o Conselho Editorial da Politeia, com a sua aptidão analítica, asseveram a promoção integral dos valores fundamentais do ICPOL, desprovidos de simplificações gratuitas e almejando a fortificação do conhecimento científico, civilizacional e didascálico patente na sua política editorial, permanentemente orientados por uma conspeção cintilante e crítica. O ICPOL preserva, pertinazmente, as suas diversas publicações com um espírito de inovação e rigor, que é praticamente ubíquo na periodicidade anual de publicações da Politeia e do Anuário de Ciências Policiais. A Politeia – Revista Portuguesa de Ciências Policiais detém, na sua conceção matricial, a mais-valia da práxis de investigação, patenteando em cada labor um conteúdo positivado que aclama o interesse da cultura por intermédio da ciência e da investigação, aplicada e programada, perfilhando as inquietações propostas pela Polícia de Segurança Pública, uma Instituição maior do sistema de segurança interna da República Portuguesa, bem como as despontadas pela comunidade científica internacional.

A presente edição da Revista Portuguesa de Ciências Policiais introduz-nos a um conjunto de reflexões correlativas a tópicos compressores da contemporaneidade, transvertida pelo momento de acelerada transição, complexidade e incerteza do cenário internacional.

Porque a história é uma expressão indelével do percurso dos Estados, das suas organizações e dos seus povos, inauguramos com um estudo historiográfico da lavra de Eurico Gomes Dias sobre ‘As ambiguidades de Lucas de Seabra da Silva, 4.º intendente-geral da Intendência Geral da Polícia da Corte e do Reino, ao tempo das Invasões Francesas [1807-1811]’. Tendo por objeto de estudo a atuação do quarto intendente-geral da Intendência Geral da Polícia da Corte e do Reino, Eurico Dias assoma as controvérsias em torno de Lucas de Seabra da Silva: primeiramente, a sua demissão aquando da chegada das tropas napoleónicas a Portugal; e, posteriormente, na sequência da sua recondução, em 1809, o seu afastamento constrangido ante contestáveis denúncias de jacobinismo.

Abordando a problemática da mobilidade humana numa América polarizada, egoísta e envolta em medidas desumanizantes e preconceituosas anti-imigração, em desdém pelas necessidades humanitárias dos migrantes

mais desfavorecidos, o signatário, no ensaio cognominado ‘O mavorcismo infodêmico anti-imigração nos Estados Unidos da América’, evidencia a preeminência de Donald Trump na politização infodêmica do tópico da migração internacional, bem como o agravamento da volatilidade da sua percepção pela sociedade global, profundamente digitalizada e galvanizada. A híper securitização das fronteiras beneficiou o aumento da procura por rotas transfronteiriças clandestinas, controladas pelo crime organizado transnacional, refreando uma parte substancial dos fluxos migratórios internacionais ao seu jugo. Em contraciclo, o autor defende a urgência de uma abordagem colaborativa, holística e humanista do sistema internacional, em torno da regulação homogénea e segura dos fluxos das pessoas em movimento e da plena valorização dos Direitos Humanos, através de uma compreensão coerente e informada por factos, pela ciência e pela ética.

Intrinsecamente relacionado com o momento de desequilíbrio que a sociedade coeva atravessa, o texto ‘A crise pandémica do COVID-19: 10 lições aprendidas’ de Paulo Valente Gomes, interpela as ameaças, riscos e porfias suscitadas pela crise pandémica do coronavírus, extraindo vários ensinamentos a considerar em vindouros enfrentamentos. Formulando dez postulados para conter, de forma integrada, o vasto espectro e as analogias de causa-efeito entre os temas sanitários, geopolíticos, económico-financeiros, sociais e securitários, Paulo Valente Gomes aponta-nos algumas resoluções estratégicas, fundeadas no apresto e na resiliência, predicados indivorciáveis para debelar uma crise de amplitude planetária.

Aferrados nos registos consequentes do ‘International Webinar on 5G: Security in Communications’, uma organização conjunta do ICPOL, da Universidade Autónoma de Lisboa ‘Luís de Camões’ (UAL) e da Agência da União Europeia para a Formação Policial (CEPOL), realizado em 25 de março de 2021, concebemos uma inédita componente temática aos interessados da Politeia, particularmente dedicada às inumeráveis instigações suscitadas pela Quarta Revolução Industrial. Encorpados no ‘Dossiê sobre Cibersegurança’, os quatro artigos que ora vos apresentamos, em idioma inglês, reincidentem sobre o tópico da tecnologia 5G e dos múltiplos desafios que acrescentam à agenda mundial. Na verdade, o padrão de tecnologia de quinta geração para redes móveis e de banda larga veio sublevar a contemporaneidade e, conseguintemente, descerrou novos reptos para um mundo globalizado, interdependente e digitalizado.

No trabalho intitulado ‘5G in Public Safety Networks: Opportunities and Challenges’, Luís M. Correia trata as possibilidades abertas pela 5G

na área das Redes de Segurança Pública, *i.e.*, nas redes de comunicação destinadas às autoridades, polícia, proteção civil, bombeiros, infraestruturas críticas e a todos os envolvidos em atividades de emergência e segurança. Discorrendo sobre a evolução dos terminais e serviços – desde logo, os novos elementos de desgaste, os serviços relacionados, as realidades aumentadas e virtuais, biométricas e monitorização de sinais vitais do corpo, a melhor precisão de localização, etc. –, o obreiro concretiza uma abordagem técnica e ecuménica, indigitando a métrica de implementação de serviços-chave, a interface rádio e as características de rede, para depois apresentar as inúmeras oportunidades e desafios na implementação de 5G, máxime ao nível das Redes de Segurança Pública.

Joaquim M. da Cunha Viana prossegue na reflexão sobre o ‘5G & Cybersecurity’, enfocando o advento de alterações no ambiente de comunicação num futuro próximo em razão das comunicações 5G. A interação autónoma entre equipamentos, com escassa ou nenhuma interposição humana, patenteará novas e imponderadas vulnerabilidades de segurança. Para contrapor estas fragilidades, Viana refere como o projeto 3GPP almeja consolidar a literacia digital e conferir maior confiança dos cibernautas, designadamente quanto à privacidade dos seus dados.

O artigo ‘The Evolution of 5G Communications within the Scope of the Fourth Industrial Revolution’, da autoria de Mário Marques da Silva e Héctor Orrillo, examina como a Quarta Revolução Industrial, na progressiva comutação dos seres humanos, valora a utilização massiva dos robôs, da inteligência artificial, dos grandes dados, da Internet das Coisas (IoT), da computação quântica ou da impressão 3D, entre outros. A transformação digital e ambiental assumem-se como altamente interdependentes: por um lado, há uma utilização mais eficiente dos recursos, a geração de energias renováveis e a conseqüente redução da pegada de carbono; por outro lado, deparamo-nos com a Quinta Geração de Comunicações Celulares (5G), fortemente disruptiva e potenciadora de novos avanços, tais como veículos autónomos ou cidades inteligentes, etc., desbravando caminho para a Sexta Geração de Comunicações Celulares (6G), prognosticada para 2030, ainda mais radical.

Alfim, Sónia Morgado e Sérgio Felgueiras examinam o tema da ‘Technological Policing: Big data vs real data’, alargando perspetivas para a compreensão do fenómeno dos grandes dados no arco da intervenção policial, a nível micro e macro, enquanto ferramenta inserida na tecnologia policial. Segundo os autores, os grandes dados, enquanto utensílio da tecnologia policial, providenciam informação necessária, em termos de volume e quan-

tidade, consoante os diferentes níveis de intervenção policial, revelando, por isso, uma especial proficiência na manutenção da ordem e segurança pública.

As quaternadas perspetivas apresentadas no ‘Dossiê sobre Cibersegurança’ interligam-se e complementam-se, como se de peças de um cubo de Rubik se tratassem, descortinando novas evidências para a organização e desenvolvimento de estudos heterogéneos mais aprofundados.

Desfechamos a expedição pela produção científica deste número XIX da Politeia, como habitualmente, com o fascículo de promoção documental, no qual colecionámos o contributo dos serviços dirigidos por Anita Hazenberg, responsável pela Direcção do Centro de Inovação da maior rede de agências policiais do mundo – a Organização Internacional de Polícia Criminal (INTERPOL) –, o qual aflora a temática central deste número, igualmente patenteada na mensagem de contracapa, livremente traduzida. A cooperação e a inovação são cruciais para acompanhar as questões de policiamento num mundo em vertiginosa mudança, onde os criminosos são expeditos a explorar as tecnologias e as oportunidades que estas incitam. Alfim, apresentamos mais um Caderno Informativo, desta feita, em torno do Dia Mundial do Livro e dos Direitos de Autor, assinalado, desde 1996, a 23 de abril pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Escarvoada a arquitetura compósita e poliglota da mais recente edição da nossa revista, plantamos os olhos, cada vez mais, na internacionalização da sua mensagem e na partilha ecuménica e gratuita dos resultados científicos atingidos, numa constante procura pelo saber.

Epilogamos com a proclamação aos nossos investigadores e à comunidade de interessados nas ciências policiais e saberes conexos, o quanto estamos empenhados em incrementar a especialização de estudos nesta ordenação científica, em particular num momento em que se assinalam os quarenta anos da desenvolução das ciências policiais em Portugal, por via da criação formal da supracitada Escola Superior de Polícia, em 1982, através do Decreto-Lei n.º 423/82, de 15 de outubro.

Com singeleza e orgulho, agradecemos e preiteamos à visão vanguardista dos fundadores<sup>1</sup> deste ideário de crescimento tão exponencial, nobre e esplêndido, pronto para formar, atualizar e gerar o melhor sentido do

---

<sup>1</sup> Revela-se incontornável uma menção ao Superintendente-Chefe Fernando Manuel Afonso de Almeida, Comandante da Escola Superior de Polícia e, posteriormente, Diretor do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, entre 1984 e 1999.

caminho para o futuro da Polícia Portuguesa, rumo a novos paradigmas universitários, académicos, sociais e culturais, ao serviço do superior interesse da liberdade democrática e dos direitos fundamentais.

A Revista Portuguesa de Ciências Policiais arroga-se, desde a sua génese, como um dos instrumentos devotos à concretização desse augusto desiderato.

### *Ad Orbem Per Scientia*

ROBERTO NARCISO ANDRADE FERNANDES

*Intendente da Polícia de Segurança Pública  
Diretor do ICPOL – Centro de Investigação do Instituto Superior  
de Ciências Policiais e Segurança Interna; Lisboa*

PAULO MACHADO

*Coordenador Científico do ICPOL – Centro de Investigação do Instituto  
Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna; Lisboa*